

Alca: prossegue nova fase de negociação apesar da conjuntura**Christian Lohbauer¹**

Após as reuniões do Comitê de Negociações Comerciais (CNC) realizadas na Venezuela, no Panamá e na República Dominicana durante 2002, definiu-se que a negociação da Alca se desenvolveria em duas frentes: de um lado, os grupos de negociação que continuaram a trabalhar nos rascunhos que compuseram o acordo de consenso na reunião ministerial de novembro, no Equador; de outro, começou a etapa de apresentação de ofertas e demandas de liberalização para a negociação de acesso a mercados.

Verificou-se uma espécie de impasse das negociações da Alca nos últimos meses. As causas são pelo menos duas. A primeira foi o impacto que a política comercial dos EUA tem provocado no comércio hemisférico e mundial depois de levantar barreiras à importação de aço, aprovar novos subsídios à agricultura (Farm Bill) e indicar restrições à 521 produtos depois de autorizar o TPA (Trade Promotion Authority). A segunda causa é também preocupante: há um aumento significativo nos movimentos de negociações preferenciais sub-regionais ou bilaterais entre EUA e países da América Latina e Caribe, como se tem observado com o Chile, alguns países centro-americanos, e países caribenhos. O resultado do processo é um enfraquecimento de um projeto de liberalização hemisférico e o crescimento de movimentos “anti-Alca” em outros países latino-americanos em geral e no Brasil em particular. Pode-se dizer que na atual conjuntura, por razões diversas, tanto os Estados Unidos quanto o Brasil têm menos interesse na integração hemisférica do que já tiveram a tempos atrás. Os dois países enfrentaram arranjos políticos fundamentais para a redefinição de suas políticas comerciais. O Brasil enfrentou eleições gerais em outubro e o novo presidente já acenou acertadamente para posições mais duras em relação ao processo de integração hemisférica. Nos Estados Unidos, alcançada a maioria de representantes na Câmara e no Senado, o presidente Bush assumiu condição de força para fortalecer sua capacidade de ação política comercial. Permanecem, no entanto, resistências internas à Alca na sociedade americana.

Apesar da conjuntura, o processo negociador continua sua programação seguindo o que havia sido decidido em Buenos Aires, em abril de 2001, e reiterado em Quito, no mês passado. Está praticamente terminado o debate sobre métodos e modalidades e iniciadas as negociações de acesso a mercados em cinco grupos: agricultura, acesso a mercados, compras governamentais, serviços e investimentos. Está definido um período de dois meses, entre 15 de dezembro de 2002 e 15 de fevereiro de 2003, para apresentação das primeiras ofertas de liberalização para que depois, a partir de 15 de julho de 2003, ocorra a apresentação das ofertas revistas. A tarifa base para início das negociações também já está definida. No caso do Mercosul e outros blocos sub-regionais está permitido o ajuste da TEC até 15 de abril de 2003 quando deverá ser finalmente

¹ Doutor em Ciência Política e membro do GACINT/USP.

Coordenador do Curso de Relações Internacionais das Faculdades Integradas Rio Branco.

Vol. 2 – nº1, 2003

notificada a tarifa base. Está também definido que todo o universo tarifário poderá ser negociado mas não necessariamente eliminado. Em princípio, a desgravação será linear seguindo um cronograma para quatro grupos de produtos com desgravação imediata, em 5 anos, 10 e mais de 10 anos. Um grupo ad hoc será constituído em setembro de 2002 para negociar regras de origem.

A negociação em duas frentes é uma tentativa de incentivar as negociações. Os esforços da Coalizão Empresarial Brasileira (CEB) na intensificação do diálogo com o governo têm sido fundamentais para a definição e representação dos interesses da economia brasileira. Já se sabe que setores como o agribusiness, bebidas, cosméticos, siderurgia, têxteis, papel e celulose, calçados e couro, e partes do setor químico apresentam competitividade na luta pelos mercados externos. É chegado o momento de reduzir o custo Brasil e adotar uma estratégia de inserção comercial que não comprometa setores mais sensíveis, justamente aqueles que mais empregam. O esforço negociador após Quito continua. 2003 será um ano decisivo e as negociações devem se intensificar quando a secretaria administrativa se mudar para Puebla, no México. O Brasil deve seguir firme na defesa de seus interesses, fazendo que a combinação de balança comercial favorável com redução do impacto no emprego sejam prioridades para o desenho do futuro acordo.